

ANEXO 2

AÇÕES TRABALHADAS NO SEMINÁRIO DE FORTALEZA ADVINDAS DAS OFICINAS REGIONAIS

RESUMO EXECUTIVO DAS AÇÕES DO EIXO 1

ESTUDOS ESTRATÉGICOS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS

Ação 1: Elaborar estudos de avaliação integrada de usos, planos e programas governamentais e dos projetos setoriais do setor privado e público, estimando os impactos projetados sobre os recursos hídricos.

Objetivo: Programa 1 - Subprograma 1.2: Identificar e acompanhar a evolução de variáveis críticas e estratégicas, transversais ao PNRH, relativas aos cenários nacionais de desenvolvimento e aos vetores que apresentam impactos regionais que afetam os recursos hídricos e que irão exigir novos esforços de gestão dos recursos hídricos.

Objetivo da Ação: Avaliar os impactos dos usos atuais e de projetos futuros governamentais e setoriais, privados e públicos, e as suas repercussões sobre os recursos hídricos.

Metas:

- 1) 1 estudo integrado por região hidrográfica, realizado até 2014.
- 2) 4 programas de ações por região hidrográfica, desenvolvidos até 2014, a saber:
 - programas de monitoramento e controle das variáveis hídricas;
 - programas mitigação;
 - programas de gestão integrada;
 - programas de inserção dos instrumentos da política, conforme as necessidades de cada região.

Diretrizes:

- Avaliar a inserção da região hidrográfica no contexto nacional e internacional, considerando fatores exógenos que impactam os recursos hídricos em termos quantitativos e qualitativos.
- Avaliar as necessidades de aperfeiçoamentos e incremento da gestão dos recursos hídricos.

<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar estudos integrados, definindo tendências comuns de usos que irão impactar os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. - Identificar fontes de recursos para a implementação dos programas elaborados em cada estudo integrado.
Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, SAE, Estados
Parceiros: Comitês e conselhos estaduais, usuários, organismos de fomento, atores regionais de formadores de opinião, universidades.

Ação 2: Elaborar estudos de impacto sobre os recursos hídricos das transposições de águas.
Objetivo: Programa 1 - Subprograma 1.2: Identificar e acompanhar a evolução de variáveis críticas e estratégicas, transversais ao PNRH, relativas aos cenários nacionais de desenvolvimento e aos vetores que apresentam impactos regionais que afetam os recursos hídricos e que irão exigir novos esforços de gestão dos recursos hídricos.
Objetivo da Ação: Diagnosticar os impactos causados pelas transposições de águas para subsidiar tomadas de decisão.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Análise e estudos de impacto de todos os projetos de transposições até 2014. 2) Estudos de impacto e programas de mitigação para bacia dos rios Paraíba do Sul e São Francisco até 2012.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar o Termo de Referência para contratação dos estudos em conjunto com a ANA, o comitê de bacia e a Agência da Bacia. - Montar equipe de gerenciamento do contrato, devendo ter participação prioritária do comitê de bacia, da agência da bacia, da ANA e dos órgãos gestores estaduais. - Realizar acompanhamento pelos órgãos colegiados. - Os estudos devem apontar para programas concretos de soluções conciliadas para a mitigação de impactos causados pelas transposições dos rios Paraíba do Sul e São Francisco e de outras transposições. - Avaliar os impactos causados pelas transposições de águas, considerando as variáveis hidrológicas e demandas dos usuários internos e externos à bacia.
Responsáveis pela Execução: CEIVAP, AGEVAP, Outras Agências e comitês de

bacias.

Parceiros: SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais.

Ação 3: Estudos para a definição de unidades territoriais para a instalação de modelos institucionais e respectivos instrumentos de gestão de recursos hídricos, em situações específicas nas quais o modelo atual não consiga atender.

Objetivo: Programa 1 - Subprograma 1.4: Identificar as principais variáveis e aspectos hidrológicos, ambientais, socioeconômicos e políticos e institucionais a serem considerados na definição dos recortes que definem as unidades de planejamento e de gestão e de intervenção em recursos hídricos.

Objetivo da Ação: Definir unidades territoriais de gestão, de modo a otimizar a gestão de recursos hídricos em situações específicas nas quais o modelo atual não consiga atender.

Metas:

- 1) Identificação e caracterização de unidades territoriais específicas elaborado até 2012.
- 2) Estudo das unidades caracterizadas até 2013.
- 3) Modelos de gestão das unidades específicas e os respectivos instrumentos de gestão definidos até 2014.

Diretrizes:

- Considerar o mapa de gestão da ANA e sua atualização como insumos básicos para a definição dos modelos institucionais e necessidades de implantação dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos.
- Considerar as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos definidas pelos Estados.
- Considerar o processo deliberativo de definição de UGRH conforme Resolução CNRH nº 109/2010.
- Integrar o processo de construção do mapa das unidades territoriais com os órgãos gestores estaduais, comitês de bacias e conselhos estaduais.

Responsáveis pela Execução: SRHU e ANA

Parceiros: Órgãos gestores estaduais, comitês de bacias, Conselhos Estaduais

Ação 4: Sistematizar e difundir o conhecimento de tecnologias para gestão de recursos hídricos, incluindo o conhecimento tradicional.
Objetivo: Programa 4 – Subprograma 4.1: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos.
Objetivo da Ação: Difundir conhecimentos em tecnologias para a gestão de recursos hídricos.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Conhecimentos mapeados, sistematizados até 2012. 2) Conhecimentos divulgados até 2014.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Alternativas de oferta de água em favor de populações tradicionais, rurais e dos povos indígenas compatíveis com seu contexto sociocultural e com tecnologias apropriadas para a inserção socioeconômica de pequenos e médios produtores, sempre sob a perspectiva da sustentabilidade. - Utilização de websites e outras ferramentas de comunicação apropriadas.
Responsáveis pela Execução: ANA, SRHU, MCT
Parceiros: Universidades, FUNASA, CNPq, FUNAI, CBH's, ASA, Órgãos de extensão rural, STR's, INCRA.

Ação 5: Desenvolver tecnologias e metodologias para gestão de recursos hídricos considerando, também, os conhecimentos tradicionais.
Objetivo: Programa 4 – Subprograma 4.1: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico da gestão de recursos hídricos, consolidando e conferindo aplicabilidade e difusão aos conhecimentos auferidos.
Objetivo da Ação: Promover o desenvolvimento científico, tecnológico e metodológico da gestão de recursos hídricos.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Pesquisas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e metodológico de aproveitamento sustentável dos recursos hídricos realizadas até 2013. 2) Pesquisas voltadas à modelagem dos seis biomas brasileiros para conservação e manutenção dos recursos hídricos, considerando os possíveis efeitos das

<p>mudanças climáticas, realizadas até 2014.</p> <p>3) Pesquisas de modelagem hidrológica quali-quantitativa voltadas à determinação de modelos de cargas difusas e concentradas para as 12 regiões hidrográficas, considerando os diferentes usos dos recursos hídricos, realizadas até 2014.</p> <p>4) Resultados socializados das pesquisas em até 1 ano após sua conclusão.</p>
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver estudos e pesquisas voltados para ampliar a base atual do conhecimento no campo dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, sob a ótica da qualidade e da quantidade. - Produzir conhecimento e estimular a inovação tecnológica, visando contribuir para a gestão das demandas e para o aumento da oferta de água, colaborando, ainda, para assegurar os usos múltiplos, reuso, e a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos diversos usos, considerando os conhecimentos tradicionais. - Ampliar, mediante estudos e pesquisas, o entendimento das relações entre a dinâmica das disponibilidades hídricas e o comportamento das mudanças climáticas. - Promover o desenvolvimento de pesquisas e a difusão de tecnologia orientada para a integração e a conservação dos ecossistemas de água doce e florestal com a previsão dos efeitos das mudanças climáticas por meio de modelos de suporte para a tomada de decisões. - Disponibilizar conhecimento, em favor de populações tradicionais e dos povos indígenas, sobre alternativas de oferta de água compatíveis com seu contexto sociocultural e buscar tecnologias apropriadas para a inserção socioeconômica de pequenos e médios produtores, sempre sob a perspectiva da sustentabilidade.
<p>Responsáveis pela Execução: ANA, SRHU, MCT</p>
<p>Parceiros: Universidades</p>

<p>Ação 6:-Ampliação da oferta, da gestão da oferta, da racionalização e do reuso de água prioritariamente na região do Semi-árido, considerando ainda, a RH do Uruguai</p>
<p>Objetivo: Programa 6 - Subprograma 6.2: Ampliar as disponibilidades hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologias de reuso de águas servidas, como também pela captação de águas de chuva, ou, ainda, por intermédio da adoção de mecanismos institucionais e econômicos que induzam a mudanças de</p>

comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos.
Objetivo da Ação: Ampliar a disponibilidade hídrica na região do Semi-árido.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Regiões críticas do semi-árido e outras regiões de escassez hídrica mapeadas até 2012. 2) Mapeamento de projetos e pesquisas existentes até 2012. 3) Tecnologias para a ampliação de disponibilidade hídrica desenvolvidas até 2014.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Planos de recursos hídricos considerados para a implantação da ação, e na sua ausência estudos equivalentes existentes. - Projetos compatíveis com os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais locais. - Soluções tecnológicas devem vir ao encontro do aumento da oferta, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos. - Projetos e pesquisas difundidas. - Ações em bacias onde ocorrem conflitos.
Responsáveis pela Execução: ANA/MMA, MMA. Ministério de Integração(*)
Parceiros: Órgão Estadual e municipal de Infraestrutura e de Recursos Hídricos, CODEVASF e DNOCS/Ministério de Integração, INSA/MCT, fundos setoriais, EMBRAPA, Comitês de Bacias Hidrográficas, entidades de pesquisa, MDS.

Ação 7: Fortalecimento dos CBHs já existentes e fomento à criação de novos em bacias prioritárias
Objetivo: Programa 2 - Subprograma 2.1: Empreender a consolidação das bases institucionais e legais do SINGREH, conferindo consistência, sustentação e autonomia ao seu funcionamento e avançando na instalação e/ou aprimoramento de suas instâncias decisórias e operacionais: CNRH, câmaras técnicas, Comitês, Agências de Água e órgãos públicos responsáveis pelas políticas (áreas afins do MMA e SRHU/MMA) e pelo controle do uso e dos encargos executivos (ANA e Ibama).
Objetivo da Ação: Envolvimento dos diferentes atores para fortalecimento/sustentação dos CBHs já existentes e para a criação de novos comitês

de bacias hidrográficas.
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Atores mobilizados para a implantação dos Comitês, especialmente nas regiões: Tocantins – Araguaia, Uruguai, Parnaíba e Mampituba até 2014; 2) Priorizar as bacias hidrográficas para fomento à criação de CBHs, considerando os mapa de gestão (Resolução CNRH no 109/2010) até 2011; 3) Disponibilizar recursos financeiros para custeios dos CBHs nos PPAs; 4) CBHs fortalecidos, com sustentação, após suas criações (Paranapanema, Grande,) até 2014
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a criação de CBHs de bacias prioritárias, onde já ocorram situações de conflitos instalados pelo uso das águas, planos estratégicos de recursos hídricos e mobilização local.- Considerar o Mapa de Gestão da (resolução CNRH 109) como ferramenta orientativa para a definição de prioridades e regiões a serem apoiadas. - Fornecer apoio aos estados na criação de CBHs em articulação com os Órgãos Gestores Estaduais. <p>Fornecer apoio técnico/financeiro aos órgãos gestores estaduais na criação de CBHs em articulação com os Órgãos Gestores Estaduais</p> <ul style="list-style-type: none"> - a instalação de Comitês de Bacias fica condicionada à capacidade de implementação dos adequados instrumentos de gestão, tal como previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos. - Qualificar técnica e politicamente os atores.
<p>Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais, CNRH, Conselhos Estaduais</p>
<p>Parceiros:, Comitês, Setor de Usuários, Sociedade civil organizada, poder público</p>

<p>Ação 8: Implementar os Fundos de Recursos Hídricos com identificação e viabilização dos mecanismos de sustentabilidade.</p>
<p>Objetivo: Programa 2 - Subprogramas 2.4: Identificar e quantificar fontes potenciais de receitas para investimentos em ações de cunho institucional e de infraestrutura física, incluindo o estabelecimento de linhas de créditos e respectivos condicionantes, além da mensuração de inversões setoriais em favor dos recursos hídricos.</p>
<p>Objetivo da Ação: Estruturar modelagem institucional, financeira e legal de Fundos</p>

de Recursos Hídricos que permitam garantir a independência e sustentabilidade financeira da gestão dos recursos hídricos.

Metas:

- 1) Fontes de receita identificadas para financiamento de ações voltadas para a gestão integrada dos recursos hídricos, com vistas à sustentabilidade econômico-financeira das ações propostas, até 2011.
- 2) Arcabouço legal revisado vinculado à sustentabilidade financeira de Fundos e adequação dos órgãos gestores estaduais para gestão dos recursos dos fundos, até 2011.
- 3) Modelo estruturado até final de 2012.
- 4) Fundos implementados até 2014.

Diretrizes:

- Gestão institucional do governo federal junto aos governos estaduais para incentivo à criação dos Fundos.
- vinculação direta aos fundos a compensação financeira de obras de infraestruturas hídricas recebidos pelos estados e municípios.
- aplicação direta de parte dos recursos recebidos da compensação financeira (0,75%) seja destinada ao custeio dos CBHs.

Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA e órgãos gestores estaduais, CERHs, CNRH.

Parceiros: MPOG

RESUMO EXECUTIVO DAS AÇÕES DO EIXO 2

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLANTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA.

Ação 9: Ampliar o cadastramento de usos e usuários.

Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.1: Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais.

Objetivo da Ação: Cadastro de usos e usuários ampliado de forma integrada entre União e Estados.

Metas:

- 1) Bacias prioritárias para o cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas identificadas até 2012.
- 2) Cadastramento de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas em bacias prioritárias realizado até 2014.
- 3) Cadastro de usos e usuários implementado nas bacias prioritárias até 2014.

Diretrizes:

Identificar os usos e os usuários das águas superficiais e subterrâneas para conhecer as demandas e os consumos de água, o perfil do usuário, as tecnologias utilizadas.

- Avançar no cadastramento de lançamentos de efluentes.
- Integrar os cadastros de usos e usuários de águas superficiais e subterrâneas da União (CNARH) e dos Estados.
- A abrangência deverá ser nacional, mas será considerada a eleição de bacias prioritárias, conformando um trabalho continuado e progressivo.
- Priorizar a utilização do CNARH e do SIAGAS.

Responsáveis pela Execução: Órgãos Gestores Estaduais, ANA e CPRM

Parceiros: SRHU

Ação 10: Estruturar, manter, ampliar a rede hidrometeorológica de monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos superficiais.

Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.2: Consolidar uma adequada rede hidrometeorológica para a coleta de dados qualitativos e quantitativos sobre as

disponibilidades hídricas superficiais do país nas diversas bacias e regiões.
Objetivo da Ação: Ampliar a base de dados quali-quantitativos das águas superficiais em bacias e regiões prioritárias.
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Identificação das bacias hidrográficas e regiões prioritárias para a implantação ou ampliação do monitoramento quali-quantitativo até 2012. 2) Definição das necessidades de monitoramento das bacias hidrográficas e regiões prioritárias identificadas, até 2012. 3) Definição da estratégia de ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo das bacias hidrográficas e regiões prioritárias identificadas, até 2012. 4) Ampliação da rede de monitoramento quali-quantitativo até 2014, em função da estratégia definida. 5) Manutenção e modernização da rede de monitoramento quali-quantitativo existente. 6) Integração das redes de monitoramento quali-quantitativo existentes por meio de convênios ou acordos de cooperação com entidades responsáveis por redes de monitoramento, buscando sua otimização, eliminando sobreposições de pontos monitorados e agregando as informações geradas, até 2014.
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Observar a rede de monitoramento atual e as condições naturais e antrópicas da bacia para propor sua ampliação. - Integrar as atividades de monitoramento desenvolvidas pelas diferentes entidades públicas e privadas. - Adotar metodologias de monitoramento normalizadas – padronização. - Integrar as redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas. - Integrar os dados das redes de monitoramento nos sistemas de informações de recursos hídricos.
Responsáveis pela Execução: ANA, Órgãos Gestores Estaduais
Parceiros: Empresas do setor elétrico e outros usuários da água, organismos da área agrícola, entidades de ensino e pesquisa, CPRM.

Ação 11: Estruturar, manter e ampliar a rede hidrogeológica de monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas.

Objetivo: Programa 8 - Subprograma 8.1. C: Ampliar a base de conhecimento hidrogeológico dos aquíferos brasileiros, acompanhando as alterações espaciais e temporais na qualidade e na quantidade das águas subterrâneas para fins de gestão integrada de recursos hídricos

Objetivo da Ação: Ampliar a base de dados quali-quantitativos das águas subterrâneas em bacias e regiões prioritárias.

Metas:

- 1) Identificação das bacias hidrográficas e regiões prioritárias para a implantação ou ampliação do monitoramento hidrogeológico quali-quantitativo até 2012
- 2) Definição das necessidades de monitoramento hidrogeológico das bacias hidrográficas e regiões prioritárias identificadas, até 2012.
- 3) Definição da estratégia de ampliação da rede de monitoramento hidrogeológico quali-quantitativo das bacias hidrográficas e regiões prioritárias identificadas, até 2012.
- 4) Implantação e ampliação da rede de monitoramento hidrogeológico quali-quantitativo até 2014, em função da estratégia definida.
- 5) Integração das redes de monitoramento hidrogeológico quali-quantitativo existentes por meio de convênios ou acordos de cooperação com entidades responsáveis por redes de monitoramento, buscando sua otimização, eliminando sobreposições de pontos monitorados e agregando as informações geradas, até 2014.

Diretrizes:

- Priorizar as regiões metropolitanas abastecidas por águas subterrâneas e aquíferos com superexploração.
- Integrar os dados das redes de monitoramento nos sistemas de informações de recursos hídricos.
- Observar as condições naturais e antrópicas da bacia para propor a implantação da rede.
- Integrar as atividades de monitoramento desenvolvidas pelas diferentes entidades públicas e privadas.
- Adotar metodologias de monitoramento normalizadas – padronização.
- Integrar as redes de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas.

Responsáveis pela Execução: ANA, SRHU, órgão gestores estaduais, CPRM.
Parceiros: Organismos da área agrícola, empresas privadas, entidade de ensino e pesquisa, usuários de água.

Ação 12: Implantar, implementar e/ou integrar os sistemas estaduais de informações de recursos hídricos ao SNIRH.
<p>Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.3: Assegurar que os dados coletados pela rede hidrológica nacional e estaduais sejam efetivamente integrados, processados e interpretados, subsidiando decisões acerca da gestão dos recursos hídricos, além de devidamente armazenados e difundidos entre todos os segmentos interessados.</p> <p>OBS.: Verificar os demais objetivos.</p>
Objetivo da Ação: Subsidiar a tomada de decisão com base nas informações compartilhadas.
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Implantação e implementação de sistemas estaduais de informações de recursos hídricos e integrados ao Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos até 2014. 2) Integração dos Sistemas estaduais de informação de recursos hídricos existentes ao SNIRH até 2013.
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organizar, sistematizar e disponibilizar as informações hidrológicas, hidrogeológicas e de qualidade das águas. - Ampliar o apoio da ANA junto aos Estados para a integração dos Sistemas Estaduais e o SNIRH. - Sistematizar os dados gerados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do SINGREH, garantindo o acesso a essas informações para a sociedade em geral.
Responsáveis pela Execução: ANA, CPRM, órgãos gestores estaduais.
Parceiros: entidades de ensino e pesquisa, SRHU.

Ação 13: Fortalecer a fiscalização do uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas.
Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.5: Organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de

recursos hídricos, como ação inerente à regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.
Objetivo da Ação: Prover melhor estrutura para a conservação dos recursos hídricos.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Capacidade institucional e técnica para fiscalização dos usos de recursos hídricos dos Estados ampliada por meio de parcerias entre órgãos até 2014. 2) Infraestrutura de fiscalização dos órgãos estaduais ampliada até 2014.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Articulação e integração dos processos de fiscalização no âmbito de cada bacia hidrográfica, visando identificar, avaliar as rotinas e as práticas de gestão. - fiscalização integrada visando a uma maior eficiência e otimização dos meios e dos instrumentos, com a harmonização de condutas e procedimentos. - Apoiar os Estados na implementação de mecanismos de fiscalização de uso de recursos hídricos.
Responsáveis pela Execução: ANA, Órgãos Estaduais de Recursos Hídricos
Parceiros: IBAMA, , , Polícia Ambiental, CONFEA, CREA, Municípios, Marinha, e outras instituições afins

Ação 14: Apoiar a elaboração de Planos de Bacia.
Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.6: Promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados em bacias de rios de seus domínios, incorporando o enquadramento como metas (<i>rever o conceito de meta aplicado para enquadramento/o termo correto seria objetivo</i>) a serem atingidas. Apoiar (financeiramente) os Estados na elaboração de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos. Obs: Foi trazido de modo intenso a preocupação com ações voltadas para a questão do saneamento e solicitada a consideração disto na consolidação do PNRH 2025.
Objetivo da Ação: Promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias prioritárias de rios de domínio da União e apoiar os estados nos planos de bacia de rios de seus domínios.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Planos de Bacia de rios de domínio da União que possuem comitês, elaborados ou deliberados até 2014.

2) Planos de Bacia de rios de domínio dos Estados que possuem CBHs apoiados até 2014.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Vincular os enquadramentos dos recursos hídricos aos planos de recursos hídricos. - Considerar as articulações entre o PNRH, os Planos Estaduais, os Planos de Bacias, os Planos Diretores, os Planos de Gerenciamento Costeiro e demais planos setoriais, bem como as peculiaridades e abrangência das ações de cada um. - Adequar os atuais planos estratégicos aos planos de bacias; - Atender as deliberações das resoluções do CNRH pertinentes para elaboração dos planos de bacia.
Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, Órgãos Gestores Estaduais, CBHs
Parceiros: Prefeituras, entidades de ensino e pesquisa, conselhos estaduais, órgãos/instituições fornecedoras ou detentoras de dados necessários ao Plano.

Ação 15: Apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.
Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.6: Promover a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio federal e apoiar metodologicamente os Estados em bacias de rios de seus domínios, incorporando o enquadramento como metas a serem atingidas. Apoiar os Estados na elaboração de seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos.
Objetivo da Ação: Fortalecer os sistemas estaduais de recursos hídricos e favorecer a implementação dos instrumentos de gestão nos estados.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) No mínimo 4 Planos Estaduais de Recursos Hídricos apoiados técnica e financeiramente, até 2014.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Considerar as articulações entre o PNRH, os Planos Estaduais, os Planos de Bacias e planos setoriais, bem como as peculiaridades e abrangência das ações de cada um. - Priorizar Estados com maior pressão causada por grandes projetos que impactam os recursos hídricos. - Comprometimento dos órgãos gestores estaduais com a elaboração e implementação dos planos estaduais. - Priorizar a elaboração dos PERHs em relação aos demais instrumentos.

Responsáveis pela Execução: SRHU, Órgãos Gestores Estaduais, CERHs
Parceiros: , Integrantes do SINGREH

Ação 16: Implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.
<p>Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.7: Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos.</p> <p>Sugestão: retirar bacias prioritárias.</p>
<p>Objetivo da Ação: Reconhecer a água como bem econômico e sócio ambiental e dar ao usuário uma indicação do seu real valor, promover o uso racional dos recursos hídricos e a sustentabilidade financeira do sistema.</p>
<p>Metas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Identificação das bacias para a implementação da cobrança até 2012. 2) Cobrança pelo uso dos recursos hídricos implantada nas bacias elencadas até 2014.
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar bacias onde haja viabilidade para a implementação da cobrança. - Estabelecer e aperfeiçoar o sistema de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, adequando as peculiaridades regionais, de forma negociada, aos comitês, aos órgãos gestores e aos usuários, destinando a aplicação dos recursos à bacia de origem. - Monitorar se a cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem sido um fator de estímulo à inovação tecnológica e à adoção de práticas de uso mais racional dos recursos hídricos, e conseqüentemente beneficiando a bacia. - Implementar e manter atualizado o cadastro de usos e usuários de recursos hídricos. - Harmonizar critérios de estabelecimento de valores de cobrança, nas instâncias estadual e federal, dentro de uma mesma bacia hidrográfica, em áreas de atuação de diferentes comitês. - Sensibilizar os usuários da importância e necessidade da cobrança para a qualidade e quantidade dos recursos hídricos da bacia. <p>Obs: Surgiu a demanda de revisar a legislação da compensação financeira paga pelo setor elétrico, no sentido de aumentar o valor da cobrança quando da renovação das concessões para a gestão de rec. hídricos, considerando que esta é uma importante</p>

fonte de recursos para sustentabilidade financeira do Sistema.
Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, , CNRH, CBHs, CERHs, Agências de água ou delegatórias, Órgãos Gestores Estaduais.
Parceiros: ANEEL, MME, setores usuários, poder executivo e poder legislativo.

Ação 17: Desenvolvimento e Implementação de Pagamentos por Serviços Ambientais com foco na conservação das águas, solos e vegetação.
Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.7: Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos.
Objetivo da Ação: Promover a conservação das águas, solos e vegetação por meio da compensação financeira.
Metas: <ol style="list-style-type: none"> 1) Programa de pagamentos por serviços ambientais elaborado até 2012. 2) Projetos de conservação de águas, solos e vegetação apoiados por meio de programa de pagamento por serviços ambientais até 2014. 3) Avaliação continuada da implementação do programa de pagamentos por serviços ambientais para o cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.
Diretrizes: <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a regulamentação da Lei sobre PSA. - Adoção da microbacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e execução das ações de manejo e conservação de água, solo e vegetação. - Estímulo à participação dos produtores rurais e dos demais integrantes da comunidade da bacia hidrográfica em todas as etapas dos projetos. - Considerar a diversidade de fontes de recursos potenciais. - Considerar na elaboração do programa de PSA iniciativas bem sucedidas. - Respeitar as especificidades das bacias hidrográficas.
Responsáveis pela Execução: ANA, MMA
Parceiros: Órgãos Gestores Estaduais, municípios, MDA, MAPA, MI, MCidades, CBHs, ONGs.

Ação 18: Promover a alocação negociada dos recursos hídricos entre estados de uma mesma bacia. (São Francisco, semi-árido)
Objetivo: Programa 3 - Subprograma 3.9 (relação com Programa 6, subprograma 6.3): Desenvolver sistemas especializados para apoio às decisões de gestão de recursos hídricos em geral, envolvendo modelos multicriteriais que incluam simulação hidrológica e de qualidade da água e suas correlações com o uso e a ocupação do solo. OBS: rever o subprograma.
Objetivo da Ação: Promover pacto entre os estados em relação a quantidade de água ofertada na bacia.
Metas: 1) Articular com o CBHSF e outros comitês, mecanismos para a promoção da alocação de água entre os estados até 2012.(a execução dessa meta deve ser acordada com o comitê)
Diretrizes: - Princípio da subsidiariedade. - Envolvimento de CBH's, órgãos gestores e conselhos de recursos hídricos.
Responsáveis pela Execução: CBH's, SRHU, ANA,
Parceiros: Órgãos estaduais de recursos hídricos, DNOCS, CODEVASF.

Ação 19: Adequação, aperfeiçoamento e regulamentação dos critérios de outorga de águas subterrâneas.
Objetivo: Programa 8 - Subprograma 8.2: Consolidar o arcabouço institucional e legal para a gestão integrada e sustentável, principalmente a interface dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
Objetivo da Ação: Aperfeiçoamento da outorga dos direitos de uso de águas subterrâneas.
Metas: 1) Procedimentos de outorga de águas subterrâneas atendendo as especificidades regionais definidos até 2012.

2) Critérios e procedimentos conjuntos e articulados entre os Estados que compartilham um mesmo aquífero definidos até 2012.

Diretrizes:

- Estabelecimento de critérios de avaliação conjunta de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea.
- Articulação e integração entre os instrumentos de gestão.

Responsáveis pela Execução: Órgãos Gestores Estaduais, CERHs, CNRH

Parceiros: ANA, CPRM, CBHs, CREA, CONFEA

<p style="text-align: center;">RESUMO EXECUTIVO DAS AÇÕES DO EIXO 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES</p>

<p>Ação 20: Constituir uma rede de troca de experiências socioambientais do SINGREH.</p>

<p>Objetivo: Programa 4 - Subprograma 4.2: Desenvolver ações de capacitação e educação ambiental (EA), voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de EA focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação dos demais programas do PNRH.</p>
--

<p>Objetivo da Ação: Viabilizar o funcionamento permanente de uma rede de troca de experiências socioambientais em GIRH, que promova o desenvolvimento continuado de processos de aprendizagem e intercâmbio de experiências: conhecimentos e boas práticas.</p>

<p>Metas:</p>

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">1) Experiências, conhecimentos, práticas, atores e instituições mapeados até 2012.2) Ferramenta (plataforma) virtual estruturada até 2012.3) Capacitação operacional de participantes da rede para utilização da ferramenta virtual até 2012.4) Disseminação e troca de informações para capacitação continuada em rede, no âmbito dos comitês até 2012.5) Moderadores de rede formados e atuando nacional e regionalmente até 2012.6) Plataforma virtual consolidada e apropriada pelos atores até 2014.7) Avaliação sistêmica do processo de formação da rede efetuada até 2014. |
|--|

<p>Diretrizes:</p>

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none">3) Assegurar que a construção da ferramenta e da formação em redes sociais (uso das ferramentas, moderação etc.) se dê de forma participativa.4) Conter enfoque educacional, onde os envolvidos sejam participantes do desenvolvimento da ferramenta e contribuam com a definição da estratégia de formação e de atuação dos moderadores da rede.5) Constituir a rede valorizando e fortalecendo a perspectiva de Região |
|--|

Hidrográfica.

6) Considerar os princípios, fundamentos e diretrizes estabelecidos no conjunto de normas pertinentes à educação ambiental, à comunicação social e à gestão de recursos hídricos.

7) Visar à integração entre as redes de comunicação, de educação ambiental e de GIRH para otimização das ações.

Responsáveis pela Execução: MMA/SRHU, ANA.

Parceiros: MMA/SAIC e demais secretarias, OG (MMA/MEC), FNCBH, REBOB e Órgãos Gestores, Agências, Conselhos Estaduais, Comitês, consórcios e associações de Bacias, sociedade, atores da educação formal, não-formal e informal de instituições com experiências mapeadas rede de capacitação em GIRH.

Ação 21: Elaborar e implementar Plano de Comunicação Social no SINGREH e de difusão de informações, nos âmbitos nacional e regional.

Objetivo: Programa 4 - Subprograma 4.3: Difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas, fortalecendo os canais de comunicação existentes, e possibilitar a criação de novos canais para que se desenvolva interlocução social.

Objetivo da Ação: Aprimorar o fluxo de informações e a comunicação no SINGREH, proporcionando a efetividade do seu caráter integrador e sistêmico, bem como dinamizar a sua relação com a sociedade, democratizando o acesso a informações ligadas à gestão hídrica sustentável.

Metas:

- 1) Processos dialógicos de comunicação social e de educomunicação entre os atores do Sistema mapeados até 2011.
- 2) Encontros de planejamento participativo e aprimoramento da comunicação no Sistema efetuados até 2012.
- 3) Núcleos regionais de comunicação interligados, estabelecidos até 2012.
- 4) Estratégia de comunicação interna ao SINGREH, com enfoque nacional e regional estabelecida até 2012.
- 5) Estratégia de comunicação com a sociedade, com enfoque nacional e regional, estabelecida até 2012.
- 6) Plano de comunicação consolidado e funcionando até 2012.

Diretrizes:

- Articulação com os entes dos sistemas nacional e estaduais, incluindo planejamentos regionais específicos interligados ao planejamento nacional.
- Construção participativa do Plano com enfoque nas regiões hidrográficas.
- Proporcionar a difusão de informação, a comunicação para GIRH, em linguagem acessível e compatível com as diversas realidades regionais.
- Enfoque educacional, abordando a educação ambiental e a comunicação social como temas transversais em GIRH.
- Inserir no planejamento de comunicação ações integradas (de articulação) com a rede de troca de experiências e com os processos formativos em GIRH.
- Enfocar a conservação da água como valor socioambiental relevante.
- Considerar os princípios, fundamentos e diretrizes estabelecidos no conjunto de normas pertinentes à comunicação social, à educação ambiental e à gestão de recursos hídricos.

Responsáveis pela Execução: MMA/SRHU, ANA.

Parceiros: MMA/SAIC e demais secretarias, OG (MMA/MEC), FNCBH, REBOB e Órgãos Gestores, Agências, Conselhos Estaduais, Comitês, consórcios e associações de Bacias, sociedade, atores da educação formal, não-formal e informal de instituições com experiências mapeadas rede de capacitação em GIRH.

Ação 22: Implementar processos formativos e continuados, com abordagem integrada de Educação Ambiental e Comunicação Social em GIRH.

Objetivo: Programa 4 - Subprograma 4.3: Desenvolver ações de capacitação e educação ambiental (EA), voltadas a agentes multiplicadores que possam, pela via de programas descentralizados e capilares de EA focados em recursos hídricos, difundir conceitos e práticas, além de apoiar transversalmente a própria implementação dos demais programas do PNRH.

Objetivo da Ação: Qualificar continuamente os membros do SINGREH e da sociedade para aprimorar a atuação e a participação social para GIRH.

Metas:

- 1) Demandas e experiências de formação mapeadas até 2011.
- 2) Projeto político pedagógico estabelecido até 2012.

3) Processos formativos dos públicos priorizados no projeto político pedagógico desenvolvidos até 2014.
<p>Diretrizes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver capacidades técnicas e políticas para a atuação em GIRH, fortalecendo os vínculos entre os atores sociais por meio de encontros formativos e aprendizagem baseada no diálogo e troca de saberes. - Considerar os princípios, fundamentos e diretrizes estabelecidos no conjunto de normas pertinentes à educação ambiental, à comunicação social e à gestão de recursos hídricos. - Enfocar a água como valor socioambiental relevante e elemento estratégico para o desenvolvimento em bases sustentáveis, valorizar a pluralidade cultural e a diversidade social brasileira, na perspectiva das Regiões Hidrográficas, dentro do Projeto Político Pedagógico, incluindo a proteção dos mananciais de abastecimento público. - Fomentar a institucionalização da EA nos conselhos estaduais e CBHs, por meio da criação de câmaras técnicas e/ou grupos de trabalho. - Incluir, na construção participativa dos conteúdos programáticos, a discussão dos seguintes temas, provenientes nas Oficinas Regionais: moderação de conflitos, revitalização de bacias, uso e difusão de tecnologias sociais sustentáveis, conhecimentos tradicionais, enfrentamento de críticos. (Obs. Os temas serão considerados, mas os conteúdos serão definidos pelas comunidades, de acordo com as demandas locais).
Responsáveis pela Execução: MMA/SRHU, ANA.
Parceiros: MMA/SAIC e demais secretarias, OG (MMA/MEC), FNCBH, REBOB e Órgãos Gestores, Agências, Conselhos Estaduais, Comitês, consórcios e associações de Bacias, sociedade, atores da educação formal, não-formal e informal de instituições com experiências mapeadas rede de capacitação em GIRH.

RECOMENDAÇÕES GERAIS DO GRUPO 3:

- 1- Estabelecer uma relação vinculante formal entre a PNEA e o PNRH.
- 2- Criar Programa Nacional de EA para GIRH, garantindo a apropriação e priorização das ações do programa IV.
- 3- Criar Programa de Comunicação Social para GIRH, considerando a necessidade de difusão da Política Nacional de Recursos Hídricos para a sociedade, e incluindo capacitação de representantes e profissionais de comunicação para sensibilização em relação ao tema.

**RESUMO EXECUTIVO DAS AÇÕES DO EIXO IV
GESTÃO AMBIENTAL E DOS USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA**

Ação 23: Promover a recuperação e conservação de microbacias hidrográficas no meio rural.

Objetivo: Programa 6 - Subprograma 6.5: Promover o manejo e a conservação integrada do solo e da água em microbacias hidrográficas do meio rural, propiciando o ajustamento dos sistemas produtivos das atividades agropecuárias à conservação dos recursos naturais, com base em alternativas tecnológicas que aumentem a produção vegetal, a produtividade agrícola e a renda líquida do produtor rural.

Obs1: Considerar uma ação de revitalização em bacias que contenham área urbano.

Obs 2: Rever a colocação desta ação neste subprograma, considerando o entendimento que esta ação é mais ampla.

Objetivo da Ação: Promover a recuperação e conservação de mata ciliar, várzeas, nascentes, reservatórios e áreas de recarga, aumentando a disponibilidade hídrica.

Metas:

- 1) Bacias hidrográficas prioritárias identificadas até 2012.
- 2) Projetos de recuperação e conservação de bacias elaborados e iniciados até 2014.
- 3) Critérios para priorização de bacias definidos até 2011.
- 4) Avaliação continuada da implementação dos projetos quanto ao cumprimento de seus objetivos na gestão de recursos hídricos.

Diretrizes:

- Elaborar projetos de recuperação e conservação com participação dos municípios.
- Considerar para a definição das áreas prioritárias aquelas que são mananciais para o abastecimento público.
- Estimular o uso de práticas sustentáveis no uso e ocupação do solo em áreas urbanas e rurais.
- Estimular práticas agroecológicas.
- Promover o controle da poluição.

Responsáveis pela Execução: MMA , Ministério da Integração, ANA, MAPA, Colegiados de Recursos Hídricos, MDA

Parceiros: MCidades, , MMA, Prefeituras, Universidades, ONGs, MTransportes,

EMATER, Órgãos estaduais de extensão rural

RECOMENDAÇÃO ao CNRH:

- Ampliação do Programa de Revitalização de Bacias para as 12 Regiões Hidrográficas;
- Criação da Política Nacional de Revitalização de Bacias;
- Criação de mecanismo vinculante entre o Programa de Revitalização de Bacias e o PNRH.

Ação 24: Elaborar estudos para avaliação e mapeamento de áreas vulneráveis a eventos extremos.

Objetivo: Programa 6 - Subprograma 6.1: Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos.

Objetivo da Ação: Orientar medidas de mitigação e adaptação aos eventos extremos.

Metas:

- 1) Zoneamento das áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos extremos até 2012,
- 2) Avaliação da vulnerabilidade das áreas sujeitas a eventos extremos até 2014.
- 3) Subsidiar a elaboração de planos de preventivos de defesa civil e sistemas municipais e estaduais de alerta e planos de contingência no caso da ocorrência de eventos extremos até 2014.

Diretrizes:

- Maior articulação entre os órgãos gestores de recursos hídricos, de meio ambiente, defesa civil, forças armadas, instituições de monitoramento hidrometeorológico e planejamento territorial.
- Difusão das informações obtidas com o zoneamento das áreas vulneráveis para subsidiar os planos preventivos de defesa civil e de contingência e planejamento territorial.
- Assegurar a participação da população na elaboração das medidas mitigadoras.
- estimular a criação e capacitação de núcleos de defesa civil nas áreas vulneráveis.

Responsáveis pela Execução: ANA, Estados e Municípios, Defesa Civil, MMA, CPRM, MI, MCid

Parceiros: CBHs, Proprietários de barragens, universidades, forças armadas, funasa,

associações de usuários, MME, órgãos ambientais licenciadores

Ação 25: Implementar medidas para resolução de conflitos pelo uso da água.

Objetivo: Programa 6 - Subprograma 6.3: Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente.

Objetivo da Ação: Prover o singreh de mecanismos para a resolução de conflitos a fim de promover o uso múltiplo das águas.

Metas:

- 1) Conflitos potenciais e instalados pelo uso das águas identificados até 2012, nas diversas instâncias de colegiados e escalas de impacto.
- 2) Representantes dos colegiados de recursos hídricos para atuar nos conflitos capacitados até 2013.
- 3) Mecanismos para resolução de conflitos implementados até 2014.
- 4) Aperfeiçoamento do trâmite dos processos relacionados aos conflitos nos diversos colegiados de recursos hídricos até 2012.

Diretrizes:

- Fortalecer representatividade e capacitar todos os representantes nos colegiados de recursos hídricos - Promover a gestão da demanda, considerando a otimização e a racionalização dos usos das águas.
- Estimular a criação de CBHs em bacias hidrográficas onde haja conflitos.
- Utilização dos planos de recursos hídricos como instrumentos de identificação e prevenção de conflitos.
- Implementar os instrumentos da política de recursos hídricos.
- articulação entre as instâncias de recursos hídricos e os órgãos ambientais licenciadores.
- as ações de capacitação deverão ser desenvolvidas em articulação com o programa 4 do PNRH.

Responsáveis pela Execução: CBHs, CERHs, CNRH, ANA, SRHU, Órgãos gestores dos Estados

Parceiros: Ministério Público, Municípios, órgãos ambientais licenciadores,

associações de usuários, Casa Civil, agências de bacias

Ação 26: Criar uma Comissão dos Estados Amazônicos para a articulação interestadual na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica Amazônica

Objetivo: Programa X: Promover a gestão dos recursos hídricos da região amazônica, tendo em vista suas peculiaridades geográficas, sócioeconômicas, culturais, de uso do solo e principalmente ambientais.

Objetivo da Ação: Promover uma maior articulação e a troca de experiências entre os Estados da Região Hidrográfica Amazônica para o fortalecimento na tomada de decisões sobre assuntos estratégicos para a Região Hidrográfica.

Metas:

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1) Comissão paritária com a participação dos estados, do governo federal, dos usuários, e da sociedade civil criada até 2011.2) Elaborar proposta para adequação das Políticas de Recursos Hídricos e de seus instrumentos às especificidades da Região Hidrográfica Amazônica até 2012.3) Avaliação continuada da implementação do Programa X do PNRH e demais planejamentos que tenham interface com os recursos hídricos da Região Hidrográfica Amazônica. |
|---|

Diretrizes:

- Promover a articulação e a troca de experiências entre os Estados da Região Hidrográfica Amazônica visando um melhor posicionamento sobre assuntos estratégicos para a Região.
--

Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, Estados da Região Hidrográfica Amazônica (AC, AM, AP, MT, PA, RO, RR)

Parceiros: Demais integrantes do SINGREH

Ação 27: Criar uma Comissão dos Estados Pantaneiros para a articulação interestadual na gestão dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai
--

Objetivo: Programa XI: Conservação das águas do Pantanal, em especial, suas áreas úmidas.
--

Objetivo da Ação: Promover uma maior articulação e a troca de experiências entre os Estados da Região Hidrográfica do Paraguai para o fortalecimento na tomada de decisões sobre assuntos estratégicos para a Região Hidrográfica.

Metas:

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">4) Comissão paritária com a participação dos estados, do governo federal, dos usuários e da sociedade civil criada até 2011.5) Elaborar proposta para adequação das Políticas de Recursos Hídricos e de seus instrumentos às especificidades da Região Hidrográfica do Paraguai até 2012.6) Avaliação continuada da implementação do Programa XI do PNRH e demais planejamentos que tenham interface com os recursos hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai. |
|---|

Diretrizes:

- Promover a articulação e a troca de experiências entre os Estados da Região Hidrográfica do Paraguai visando um melhor posicionamento sobre assuntos estratégicos para a Região.
--

Responsáveis pela Execução: SRHU, ANA, Estados da Região Hidrográfica do Paraguai (MS e MT)
--

Parceiros: Demais integrantes do SINGREH

AÇÕES DE COMPETÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL ADVINDAS DAS OFICINAS REGIONAIS
--

Subprograma I.1

Desenvolver estudos de cenários de demanda e oferta de água para um horizonte de 25 anos, que possibilite a tomada de decisões para ações e investimentos que garantam o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida e a perfeita integração com o meio ambiente.

Subprograma I.3

Identificar os interesses geo-políticos com a Argentina e o Uruguai para estabelecer uma agenda que possibilite ações de gestão integrada (Ex.: UGRH Peperi-Guaçu e Uruguai).

Subprograma I.4

Desenvolver fundamentação jurídico-institucional para implantação de modelo de agência de bacia em bacias hidrográficas interestaduais.

Subprograma II.2

Mobilizar os governadores e secretários de meio ambiente e recursos hídricos por meio de Encontros Nacionais.

Subprograma II.3

Incluir, em uma proposta de alteração da lei 9433/97, a reestruturação do modelo de organismos de bacias, de modo a contemplar as realidades regionais.

Subprograma III.7

Promover a obrigatoriedade do pagamento da compensação financeira pelas PCHs e termoeletricas.

Subprograma IV.2

Criar programa continuado de desenvolvimento de capacidades para os entes do SINGREH.

Subprograma V.2

Estabelecer estratégia para articulação da política de recursos hídricos e outras políticas públicas correlatas, no sentido da compatibilização entre especificidades regionais e instrumentos de gestão.

Subprograma VIII.2

Mapear áreas de recarga e afloramento de aquíferos.

Programa IX

Estabelecer diretrizes de integração e articulação entre as políticas e programas do PNRH e a PNMA, a Convenção de Ramsar, a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro e os Planos diretores de uso e ocupação do solo.